



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 42.145

RELATOR: EDUARDO DE OLIVEIRA CHIARI CAMPOLINA

PARECER Nº 930/2018

APROVADO EM 10.12.2018

PUBLICADO NO MINAS GERAIS EM 21.12.2018

Autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Centro Educacional Fundação Guairá, no município de Andrelândia.

1. Histórico

A Diretora da Superintendência de Organização e Atendimento Educacional da Secretaria de Estado de Educação, por meio do Ofício nº 578/2018, datado de 17/10/2018, encaminha, à consideração deste Conselho, o processo em epígrafe.

O expediente foi recebido, em 18/10/2018 e, em 22 do mesmo mês, despachado à Superintendência Técnica, para estudo preliminar.

Posteriormente, veio a esta Câmara do Ensino Médio, para relatar.

2. Mérito

O Centro Educacional Fundação Guairá está situado na Rua Doutor Ernesto Braga, 351, Centro, no município de Andrelândia, e oferece a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, reconhecido pela Portaria nº 386/2015, por cinco anos.

O expediente foi instruído com observância à Resolução CEE nº 449/02

A representante da entidade Fundação Guairá, Sra. Ana Lúcia Machado Sabino, redigiu documento, datado de 20/9/2018, ao Titular da Pasta da Educação, solicitando a autorização de funcionamento do Ensino Médio.

Constam, do presente processo:

- cópias dos atos legais;
- cópia do Regimento Escolar, datado de 17/9/2018, constituído de 170 artigos;
- cópia da Proposta Pedagógica, explicitando os aspectos de ensino-aprendizagem e princípios para organização do currículo;
- Plano Curricular do Ensino Médio, estruturado em 3 (três) anos letivos, com carga horária total de 3.000h;
- Parecer, emitido pela equipe da Superintendência Regional de Ensino Barbacena, assegurando que Regimento Escolar, Proposta Pedagógica e Plano Curricular estão em conformidade com a legislação vigente;
- quadro indicativo da qualificação do corpo docente e administrativo da Instituição;
- relação das instalações físicas, equipamentos e acervo bibliográfico existentes na instituição de ensino.

Constam, ainda, do processo: Alvará sanitário, datado de 22/02/2018, assinado por Diogo Magno Cruz Sandy, Coordenador de Vigilância em Saúde, da Prefeitura Municipal de Andrelândia; Alvará de Licença para localização de Funcionamento nº 0090 – Exercício 2018; declarações de segurança da estrutura do imóvel e do terreno, datadas de 17/9/2018, assinadas pelo engenheiro civil Francisco Carlos Rivelli – CREA 29008/D, e pelo arquiteto urbanista José Marcos Alves Salgado CAU – A 14706-0; termo aditivo de prazo de cessão do



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

imóvel, pela Prefeitura Municipal de Andrelândia, datado de 02/02/2018, com validade até 31/12/2020; planta baixa do prédio escolar.

Do Relatório de Verificação *in loco*, datado de 01/10/2018, com ratificação da Diretora Educacional da SRE Barbacena, elaborado pelas inspetoras escolares Leila Betânia Braga Martins Ferreira e Solange Maria Fernandes Alvim Pereira, destacamos: o prédio escolar possui boa aeração e iluminação, sendo todos os ambientes devidamente equipados e adequados, havendo espaço suficiente para atender a demanda de todos os cursos; os arquivos asseguram a verificação da identidade de cada aluno, regularidade e autenticidade de sua vida escolar; o acervo bibliográfico é satisfatório; possui demanda de 20 alunos para o Ensino Médio, com início das atividades previsto para 01/02/2019.

A entidade mantenedora Fundação Guairá foi recredenciada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, por meio da Portaria nº 341/2013, publicada no “MG” de 26/3/2013. Do Relatório de Verificação *in loco*, consta informação de que está tramitando, junto à SEE/MG, processo de recredenciamento da entidade mantenedora.

O Serviço de Inspeção Escolar finaliza seu relatório, manifestando parecer favorável à autorização de funcionamento do Ensino Médio.

3. Conclusão

À vista do exposto, sou por que este Conselho se manifeste favoravelmente à autorização de funcionamento do Ensino Médio a ser ministrado pelo Centro Educacional Fundação Guairá, no município de Andrelândia, pelo prazo de 03 (três) anos.

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2018.

a) Eduardo de Oliveira Chiari Campolina – Relator

/AC